

AUDIÊNCIA PÚBLICA CELEBRA DIA MUNDIAL SEM TABACO

A Aliança de Controle do Tabagismo e Saúde (ACT+), em parceria com o Instituto Nacional de Câncer (Inca), está organizando audiência pública no plenário 7 (Comissão de Seguridade Social) da Câmara dos Deputados, em Brasília, no próximo dia 28, das 14h às 16h.

A audiência, que vai reunir parlamentares e representantes da sociedade civil, irá tratar de temas-chave para o momento atual do controle do tabagismo no país: a ratificação do Protocolo do Mercado Ilícito de Produtos de Tabaco e os projetos de lei que tramitam na Casa e que determinam medidas de controle do tabagismo.

“Precisamos adotar medidas de combate ao contrabando para continuar reduzindo o consumo de cigarros em todas as camadas populacionais. Qualquer cigarro faz mal, mas não podemos permitir que um cigarro que não paga impostos continue existindo”, diz Paula Johns, diretora-executiva da ACT+.

O evento é em celebração ao Dia Mundial Sem Tabaco, comemorado em 31 de maio, cujo tema escolhido pela Organização Mundial da Saúde é o comércio ilícito de tabaco, a fim de destacar os riscos desta prática, não só em relação à saúde, mas também à economia e ao crime organizado.

PROTOCOLO DO MERCADO ILÍCITO

Para a ACT +, é fundamental que o país ratifique o Protocolo de Comércio Ilícito, o primeiro protocolo da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco da OMS, tratado internacional de saúde pública do qual o Brasil é parte.

Em resposta à ameaça do comércio ilícito, a comunidade internacional negociou e adotou, em novembro de 2012, medidas para combater o comércio ilícito de produtos de tabaco, reunidas no Protocolo. O Brasil, entretanto, ainda não o ratificou, o que significa que suas medidas não são colocadas em prática.

O comércio ilícito de produtos de tabaco é um mal para o país porque:

- Leva os jovens e a população mais pobre a provar e consumir cigarros contrabandeados, já que são mais baratos.
- Diminui a arrecadação dos países, e as divisas perdidas poderiam ser destinadas à prestação de serviços públicos.
- Aumenta a corrupção e incentiva o crime organizado.

Uma nova publicação do Projeto de Economia do Controle do Tabaco, da Universidade da Cidade do Cabo, e do Tobaconomics, projeto da Universidade do Illinois, de Chicago, detalha estratégias usadas pelas empresas de tabaco para evitar o impacto dos aumentos de impostos sobre seus lucros e resultados.

Os argumentos são parecidos com os usados no Brasil. O texto, apenas em inglês, está disponível em:

http://tobacconomics.org/wp-content/uploads/2015/03/Ross_Industry_Manipulation_Tax_Increases_03-20-15.pdf

http://tobaccoecon.org/wp-content/uploads/2014/10/Undermining-Government-Tax-Policies_Common-strategies-employed-by-the-tobacco-industry-in-response-to-increases-in-tobacco-taxes.pdf

A ACT+ também disponibiliza no site novas informações sobre o comércio ilícito na América Latina, que mostra que a região tem implementado legislações de controle do tabaco que estão entre as mais fortes do mundo, conseguindo uma redução no volume total de vendas de produtos do tabaco.

As fortes medidas para o controle do tabaco na região reduziu o consumo apesar da existência de um comércio ilícito destes produtos. O documento está disponível em:

http://www.actbr.org.br/uploads/conteudo/1014_fact_sheet_TFK_mercado_ilicito_final.pdf

PROJETOS DE LEI

O Brasil avançou no controle do tabagismo nos últimos cinco anos, graças a adoção de medidas que possibilitaram a redução da prevalência de fumantes em 20,5% (Petab/IBGE 2014). No entanto, ainda há medidas fundamentais para serem tomadas para que o número de fumantes seja ainda mais reduzido. Atualmente, há 14.7% de fumantes adultos no país.

Há dois projetos de lei tramitando na Câmara dos Deputados fundamentais para o controle do tabagismo. Um deles é o PLP 4/2015, que institui a contribuição de intervenção no domínio econômico (CIDE), incidente sobre a fabricação ou a importação de tabaco e seus derivados. O objetivo é o custeio de ações de tratamento aos doentes vítimas de tabagismo.

Outro projeto é o que introduz as embalagens padronizadas de produtos derivados ou não de tabaco. A proposta é que tenham cor única, sem quaisquer elementos gráficos da marca ou do fabricante. O nome da marca, tamanho e cor de sua fonte serão padronizados em regulamento a ser expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O projeto ainda prevê aumento do espaço para advertências sanitárias.

Na Austrália, as embalagens padronizadas foram adotadas com sucesso em 2012. Após um ano de vigência da medida, pesquisa revela que houve redução de 10% do consumo de cigarros naquele país. Nova Zelândia, Reino Unido, França também já se preparam para adotar medidas similares.

Anna Monteiro
Diretora de Comunicação
21-3311-5640 21- 99718-2349
anna.monteiro@actbr.org.br

